

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 793 – de 1 a 15 de setembro de 2016

61 SENADORES X 54.501.118 DE VOTOS

**MAIS QUE
NUNCA:
FORA TEMER!**

**NENHUM
DIREITO
A MENOS**

**CUT CHAMA
PARALISAÇÃO
DIA 22 DE SETEMBRO
RUMO À GREVE GERAL**



Nacional

Senado consome a farsa
e aprova o golpe
pág. 4

Partido

Eleições 2016,
defender o PT
pág. 5

Luta de classe

Consulta à base indica
disposição para a greve geral
pág. 8

Chile

2 milhões na rua
em defesa da previdência
pág. 11

Organizar a luta em defesa da educação

Desafios do movimento estudantil e suas entidades frente ao golpe

Desde o início do processo de impeachment diversos setores da juventude brasileira saíram às ruas para lutar contra o golpe. Milhares de jovens em manifestações e atos espontâneos retomou sua participação nas mobilizações junto às principais organizações dos trabalhadores, como a CUT e o próprio PT, empurrado pela sua base.

Estudantes secundaristas, que lutavam contra o desmonte da escola pública, foram às ruas. Nas universidades públicas, formaram-se comitês, como UNB, UFBA e UFSC, que se chocou com DCEs dirigidos pelo PSTU e PSOL, como na USP e UFRJ, que se opunham, vergonhosamente, a combater o golpe.

A UNE que tem responsabilidade em conduzir essa luta, hesitou por conta da vacilação de sua direção, mas ainda pode assumir seu lugar.

Antecipação da eleição confundiu

O “Fora Temer, nenhum direito a menos” unificou o movimento e marca a resistência. Dá base para organizar a luta estudantil, como defendeu a diretora da “UNE é pra lutar”, Sarah Lindalva, no Coneg-UNE em julho. Infelizmente, prevaleceu neste conselho, o apoio da entidade ao plebiscito pela antecipação da eleição, defendi-



Sarah defende “Fora Temer, nenhum direito a menos”, no Coneg-UNE

do pela UJS e Kizomba (DS-PT), com o voto da Paratodos (CNB-PT).

Essa proposta de conciliação, que não encontrou eco no Congresso reacionário, tampouco se espalhou na base estudantil, serviu, no entanto, para confundir e atrapalhar a resistência que, sem um chamado firme e decidido, diminui a mobilização.

Resistir aos ataques dos golpistas

O golpe escancarou os ataques à educação que afeta todos os estudantes, o que exige uma resposta de conjunto do próprio movimento estudantil organizado nacionalmen-

te. Os cortes de bolsas de iniciação científica atingiram universidades e escolas públicas. A diminuição do FIES negou a milhares de jovens o direito ao estudo. A assistência estudantil está ameaçada com o anúncio do corte de 45% do orçamento de 2017. Os reitores, como na UFABC, pedem socorro.

A situação é difícil. A agenda do golpe deve ser acelerada com a consumação do impeachment no Senado. Mas esse governo ilegítimo tem dificuldades em concretizá-la, pois tem que enfrentar a resistência dos estudantes e demais setores.

É essa situação que exige que a UNE assuma seu lugar na defesa dos interesses dos estudantes brasileiros e chame a mobilização nacional, sem vacilação.

É o que defende Sarah Lindalva, diretora de Movimentos Sociais da UNE e militante da Juventude Revolução: “As entidades podem cumprir um papel fundamental daqui em diante não só em defesa dos direitos e da própria existência. Carina Vitral, presidente da UNE, no ato em Brasília durante votação do impeachment no Senado falou acertadamente que ‘É um golpe contra os direitos que foram conquistados. Será um governo sem voto para atacar o povo. Atacar o petróleo que poderia garantir uma educação pública de qualidade. O golpe vai tirar isso.’

É justamente por isso, que a UNE deve sair do silêncio frente às medidas de desmonte da educação por parte desse governo golpista e mobilizar as entidades de base do movimento estudantil em defesa dos seus direitos, se apoiando na preparação de greve geral pelos direitos da CUT. Agitar junto aos estudantes com cartazes, passagens em salas, assembleias de curso para construir uma paralisação estudantil em setembro.”

“Flexibilização do ensino médio”

MEC propõe reduzir carga horária e conteúdo nas escolas

A secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, revela, em entrevista recente, detalhes sórdidos que pretendem os golpistas para a reforma do ensino médio. Nada estranho a sua trajetória tucana, quando ocupou mesmo cargo no governo FHC em 2002 e como secretária de educação de São Paulo no governo Serra em 2009. Agora, a responsável pelo programa de educação de Aécio Neves em 2014, volta à carga.

Aproveitando-se da tramitação na Câmara Federal, do Projeto de Lei 6.840/2013, que propõe reformulações no ensino médio, dentre as quais redução da carga horária do ensino noturno e proibição deste para menores de 18 anos, o ministro golpista, Mendonça Filho (DEM), pretende enviar um substitutivo ao PL que propõe reduzir carga horária e o conteúdo das disciplinas básicas no ensino médio.

A secretária critica o “modelo de ensino igual para todos”, que considera um “tédio generalizado entre os alunos... um currículo chato e desmotivador”, e defende flexibilizar o ensino médio. Na proposta, o currículo regular de três anos se dividiria em: um ano e meio para aprender



Golpe contra a educação

apenas o “essencial” e, um ano e meio para “o estudante escolher itinerários diversificados”, onde optaria por áreas (exatas, saúde, etc.). Assim, teria dois diplomas em menos tempo de ensino.

No entanto, essa proposta esconde um verdadeiro ataque ao ensino básico, pois desqualifica a formação dos estudantes brasileiros que, na sua ampla maioria (85%), dependem do ensino público de qualidade para acessar o conhecimento e a cultura produzida pela humanidade.

Os golpistas, que atacam com mais terceirização, limite de gastos com educação e entregando Pré-sal, suspendem programa de alfabetização (ver box), pretendem também

quebrar o sistema nacional de ensino, reduzindo a carga horária e os conteúdos científicos elementares à formação da juventude oprimida.

Desde 2014, que entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), do Movimento Nacional pelo ensino médio, consideram que a essência deste PL, no qual os golpistas querem emendar, significa “um ensino

médio em migalhas [...] contraria a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que asseguram o desenvolvimento pleno do educando e a formação comum como direito [...] retoma o modelo curricular dos tempos da ditadura militar(!)”. Nada mais atual, para prosseguir a luta contra a retirada dos direitos.

José Paulo

GOLPISTA SUSPENDE ALFABETIZAÇÃO

Prefeituras e governos estaduais relatam que há um bloqueio - por parte do Ministério da Educação, no sistema do programa federal de alfabetização de jovens e adultos, que impede a inscrição de novos alunos. Com 8,3% da população, 13 milhões de brasileiros, acima de 15 anos, não sabem ler e escrever. A eles se destina o programa Brasil Alfabetizado, executado por Estados e municípios, com verba do governo federal, criado em 2003, durante o governo Lula.

Apesar do Ministério da Educação negar a interrupção, ela foi confirmada em resposta a um acesso feito por uma pessoa por meio da Lei de Acesso à Informação. “Até o momento não há previsão de reabertura do Sistema Brasil Alfabetizado para ativação de novas turmas”, respondeu, em junho, a pasta chefiada pelo ministro Mendonça Filho (DEM).

Na região nordeste estão 54% dos analfabetos do país. Em Alagoas, que tem a maior taxa de analfabetismo, a secretaria de Educação do estado declara que: “Começamos a inserir os nomes dos alunos em maio, mas, no início de junho, o MEC avisou que o sistema tinha sido fechado.”

Mais que nunca, Fora Temer!

Os vermes do Senado, aí incluídos vários ex-ministros “aliados”, confirmaram por 61 votos contra 20, em 31 de agosto, o impeachment da presidente legitimamente eleita, Dilma Rousseff, do PT. Em poucas horas, eles, com o presidente do STF - como no golpe de 1964! -, deram posse ilegítima ao vice usurpador, Michel Temer, do PMDB.

Um impeachment sem crime de responsabilidade, como demonstrou a defesa claramente no julgamento televisionado, é um golpe de Estado.

Que não tenham tido maioria suficiente no Senado para, além de cassar o mandato de Dilma, também inabilitá-la para outra função política, é uma contradição deles, os vermes, “satisfeitos com o essencial” (Aécio Neves), mas inquietos porque “não dá segurança sobre a parceria” (editorial do Valor, 1/9).

Consumou-se, assim, mais de um ano depois, a orquestração montada pelo Judiciário, por procuração dos banqueiros, fazendeiros e multinacionais, em conluio com a mídia e brindada na Olimpíada pelo enviado dos EUA, o secretário de Estado, John Kerry.

Agora, a luta contra o golpismo continua. Não nos tapetes do STF ou da OEA, mas na mobilização das ruas, onde recomeçou semi-espontânea no mesmo dia do golpe, até chegar aos locais de trabalho.

ABAIXO A CONCILIAÇÃO

Fora Temer, mais que nunca, Nenhum Direito a Menos. Nenhuma colaboração com o governo golpista em nenhum nível, abaixo a conciliação!

O povo, que já sofre com 12 milhões de desempregados, é agora ameaçado pelo programa do golpe: a PEC 241 que congela por 20 anos os gastos de saúde e educação só para garantir os juros da dívida aos bancos, a quebra do marco regulatório do Pré-sal para saciar as petroleiras estrangeiras, a contra-reforma da Previdência e da legislação trabalhista, seu compromisso com os patrões daqui e de fora.

É inaceitável, inegociável!

Estão certos os governos da Bolívia, do Equador e da Venezuela que já retiraram seus embaixadores. Espera-se que outros governos mais o façam.

Está certa a CUT, que chama um dia de paralisação em 22 de setembro, “Esquenta da Greve Geral”, por Nenhum Direito a Menos, que já começa a ser preparada por enquetes nas empresas. Espera-se que todos se juntem.

Estão certos os Bancários, Petroleiros e Servidores Federais que já discutem datas de greve marcadas nos próximos dias, para reivindicar e também enfrentar as medidas do usurpador.

Estão certas as organizações sindicais e populares, as frentes, que farão do próximo dia 7 de Setembro uma jornada nacional pela soberania, relançando a luta contra o golpismo até a paralisação do dia 22.

PELA MAIS AMPLA UNIDADE

Temer ilegítimo, ungido pelo Senado, é frágil. As pesquisas mostram: sua impopularidade não parou de subir em 100 dias, ainda antes de tomar o que chama de “medidas impopulares”. Aliás, onde estão os cozinhas?

A coalizão golpista, sim, reúne forças poderosas. Mas não mais fortes que o povo trabalhador mobilizado.

Para vencer é preciso a mais ampla unidade em torno de objetivos claros e sintonizados com o povo.

É preciso superar a confusão criada, desde a votação na Câmara, pela busca de “aliados” que não existiam. Ampliada no Senado quando, ao invés de apresentar ao povo a plataforma a que se propunha para voltar, se tentou barganhar votos em troca de um extemporâneo plebiscito de antecipação de eleições presidenciais.

A presidente foi injustamente enquadrada, é certo, por “irresponsabilidade fiscal”. Mas isso se viabilizou no mal estar criado (e subestimado), nos locais de trabalho e nos lares, pelas manobras do “ajuste fiscal” dos ministros Levy, primeiro, e Barbosa, depois, que o PT tardou a repudiar.

A presidente foi traída, é verdade, mas por “aliados” que nem deviam ter sido imaginados, particularmente no PMDB corrupto - os vermes -, um erro que nós, da corrente O Trabalho, sempre combatemos.

Mas sejamos leais, esses são problemas que vão além do governo Dilma.

São questões que o PT deve fazer um balanço - aquilo que a militância chamou de 13 anos de conciliação - e que nós, junto com os companheiros do Diálogo e Ação Petista, queremos submeter a todos num conjunto de pontos para a Reconstrução do PT - para debate-los em todo o país, debatamos!

Discutir a política para a nova situação, junto com o balanço, não é contraditório com disputar a dura eleição municipal. Até porque o eleitor vai perguntar, ele quer saber. Só burocratas perdidos imaginam contornar o povo na eleição. Ou candidatos infelizes que imaginam minorar danos escondendo a estrela, para não falar dos que estão de malas-prontas.

É hora, ao contrário, dos petistas encarmos a disputa com a estrela, reafirmar as melhores tradições do PT, o compromisso com a plataforma popular, acusar os acusadores e denunciar a perseguição engendrada pelo sistema, da qual o golpe é a prova.

A BATALHA ESTÁ À FRENTE, NÃO ÀS COSTAS

No dia seguinte ao golpe, o patronato e os banqueiros exigem a “fatura” de Michel Temer. O golpista terá que concretizar medidas impopulares. Ninguém poderá ignorá-lo mais.

O regime dos vermes que Temer encarna, está esgotado. O STF mostrou o que é, dando posse a mais um golpista. A Câmara, como se

viu em abril, é um circo de horror. O Senado demonstrou-se sem moral. Em quem, em qual instituição o povo pode confiar? Para que, nestas condições, serve o voto num mandatário, se oportunistas podem confiscá-lo num golpe?

Companheiros e companheiras,

Derrotas e vitórias, parciais, fazem parte do aprendizado, a luta continua, é uma luta de classes.

A batalha será longa e dura, está à nossa frente, não às costas. Para derrubar Temer o quanto antes, e convocar uma Assembléia Constituinte para fazer a reforma política, refazer o que tiver sido desfeito, e abrir caminho para as profundas aspirações populares de justiça social e soberania nacional.

É para isso que as forças sindicais e populares devem se unir. É para isso que o PT deve buscar aliados. E reconquistar a confiança do povo trabalhador. O que começa por engajar-se, ao lado da CUT, na preparação do “Esquenta da Greve Geral” no próximo dia 22.

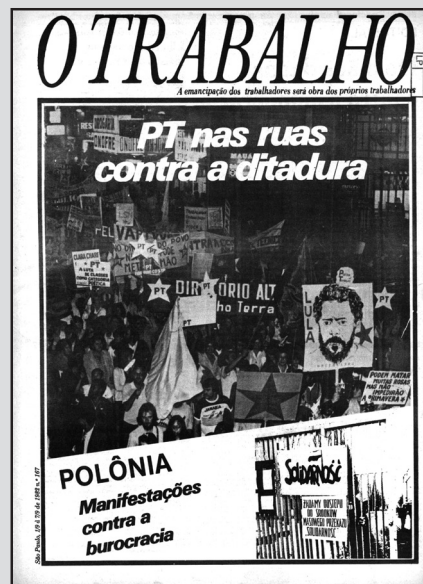
Considerando todos os fatores, a votação e os desafios que tem, “o governo Michel Temer corre o risco de terminar antes mesmo de começar”, pontua o editorial do próprio Estadão golpista (1/9).

Vamos reunir as condições e mostrar que ninguém, nunca mais, deve ousar duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores.

1 de setembro de 2016
A Redação de O Trabalho

Memória

MOBILIZAÇÃO CONTRA A CENSURA OBTÉM VITÓRIA



Depois de ter sua exibição na íntegra vetada diversas vezes pelos organismos de censura, o filme “Das Tripas Coração” (da diretora Ana Carolina) foi finalmente liberado sem cortes. A decisão foi tomada na reunião do Conselho Superior de Censura (...), que, porém, impôs modificações na trilha sonora e obrigou à inserção de um letreiro “explicativo” no início e no fim do filme. (...) Na verdade, a liberação (...) só foi arrancada depois que se intensificou, nos meios artísticos e entre as entidades democráticas, a luta contra o recrudescimento da repressão às obras de arte (...). O próximo passo agora é (...) conquistar a liberação das demais obras que continuam proibidas - como “Pra Frente Brasil” (...).

O Trabalho nº 167 - 1/9/1982

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

61 senadores fizeram Temer presidente

Resta saber se os golpistas conseguirão impor o programa do golpe

Antes da votação final do impeachment, último a discursar, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), depois de combater o “populismo bolivariano defendido por Dilma e seu antecessor Lula”, bradou a “maior assepsia já vista na política brasileira” e vaticinou: “fim do PT, fim do petismo”.

Longe de ser um arroubo de uma voz isolada entre as quatro paredes de um Senado, refratário e adverso aos interesses da maioria do povo, o discurso de Ronaldo Caiado (DEM-GO) foi emblemático dos interesses que moveram os 61 senadores a votarem pelo impeachment.

Desde a campanha eleitoral de 2014 a burguesia tupiniquim assumiu a tarefa que lhe determinou o imperialismo de aniquilar a resistência organizada da classe trabalhadora, através de suas organizações, à política de achaque à nação e à maioria do povo. Derrotados nas urnas, a ofensiva prosseguiu. E, é forçoso dizer, a política desastrosa aplicada em 2015, no primeiro ano do segundo mandato de Dilma permitiu aos golpistas irem com mais sede ao pote.

A brecha aberta para que o golpe prosperasse não começou em 2015, é verdade. A famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), exigência do acordo entre o Fundo Monetário Internacional e o então governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, que esmaga municípios, estados e a União, a serviço do pagamento dos juros da dívida, foi mantida nos governos petistas. E foi justamente a LRF que deu pretexto ao fraudulento processo de impeachment de Dilma.

Por isso erra a presidente Dilma ao dizer, em sua defesa no Senado, que o PT errou ao votar contra a LRF. O erro foi não revogar a LRF, nos governos do PT!

O balanço e correção dos erros que nos fizeram chegar à situação na qual 61 senadores anularam, alegremente, mais de 54 milhões de votos, deve servir à organização da resistência para impedir que o programa do golpe se concretize.



No comando da sessão que consumou o impeachment, Renan Calheiros e ministro Lewandowski

Política de terra arrasada

A brutal encomenda que os golpistas estão chamados a entregar ao imperialismo, coloca dúvida nas condições que terá esse governo, cujo apoio vem exclusivamente das instituições apodrecidas.

Aliás, são os porta-vozes dos interesses que moveram o golpe que reconhecem que Temer será um governo “cercado de desconfiança sobre sua capacidade de articulação para aprovar as reformas econômicas”. (OESP 1/09). Reformas da previdência, na legislação trabalhistas, etc, que “é fazer ou fazer”, como dizem os patrões de Temer, mas que esbarram naquilo que o golpe ainda não conseguiu, que é acabar com a resistência da classe. Daí voltamos à explicitação feita no Senado por Ronaldo Caiado ao que ele chama de assepsia.

No dia da votação do impeachment, em editorial, o Estado de S. Paulo fala do “gangsterismo sindical” que Lula representaria. Em seu pronunciamento na sessão final de votação, o pit bull senador Aloísio Nunes (PSDB-SP), vociferou contra as “desordens promovidas por organizações fascistóides que vivem sob a órbita do PT”, e completou “um certo Vagner Freitas disse ao lado de Dilma ‘pegaremos em armas’, a desordem vem daí”, referindo-se ao presidente da CUT.

Eles virão para cima, como aliás mostram as brutais repressões às mani-

festações nos dias 29, 30 e 31 de agosto em São Paulo. Sem apoio popular, repousando sob instituições em crise e rechaçadas pela maioria da população, não lhes restará outro caminho para “o desmonte da proteção tarifária e dos requisitos de conteúdo nacional”, para novos acordos comerciais; para “fazer ou fazer” as reformas que retiram direito, para entregar o Pré-sal e as terras ao capital estrangeiro. Para promover, enfim, a política de terra arrasada exigida pelo imperialismo. Daí a “assepsia”, vale dizer, a destruição das organizações, o que o golpe não logrou

fazer, e que é o que permite organizar a resistência para que seu programa não se concretize.

Misa Boito

NÃO MEXA NA PREVIDÊNCIA!

Artigo de José Roberto de Toledo (OESP) analisa pesquisa sobre desempenho do golpista Temer. “Segundo pesquisa inédita do Ipsos, Temer chegou a 49% de ruim e péssimo em agosto, contra apenas 8% de ótimo e bom. Era 48% e 7% em julho. O que está caindo é a taxa dos que não sabem responder.

O problema de Temer e companhia é que, à medida que o público toma pé do que o governo interino fez até agora, seus desafios aumentam. Em junho, um terço dos brasileiros não sabia dizer o que Temer estava planejando fazer para reformar a Previdência. Em dois meses o desconhecimento caiu 14 pontos, e não foi bom para o governo: a taxa dos que desaprovam a maneira como ele vem atuando para mexer nas aposentadorias pulou de 44% para 64%.”

Venezuela, Equador e Bolívia retiram embaixador

EUA quer fazer do Brasil sua base de operação no Continente

Após a votação do impeachment de Dilma, o presidente do Equador, Rafael Correa, se posicionou; “Destituíram a Dilma. Uma apologia ao abuso e à traição. Retiraremos nosso encarregado da embaixada”, escreveu o presidente equatoriano. Seu Ministério de Relações Exteriores, em nota, condena a “flagrante subversão da ordem democrática no Brasil”.

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, que também enfrenta uma ofensiva golpista patrocinada pelo imperialismo (ver pag. 10), em nota de sua chancelaria afirma que a Venezuela “decidiu retirar definitivamente seu embaixador na República Federativa do Brasil e congelar as relações políticas e diplomáticas com o governo surgido deste golpe parlamentar”.

Já no dia 30, o presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou que retiraria o embaixador boliviano no Brasil, se o

impeachment fosse aprovado.

O governo cubano, em nota, condena “energicamente o golpe de Estado parlamentar-judicial consumado”, mas não chamou, ainda, de volta o embaixador.

Governos que se apoiam nas maiorias oprimidas, eles estão sob ameaça da ofensiva imperialista no continente.

O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, John Kirby expressou seu “ok” ao golpe, logo após a votação final: “estamos confiantes de que vamos continuar o forte relacionamento bilateral que existe entre os dois países.”. O governo dos EUA também afirma que “o Senado brasileiro, em acordo do a ferramenta da Constituição do país, votou para remover a presidente Dilma Rousseff do poder”. Acompanhando o chefe, o governo da Argentina, também declarou respeitar o “julgamento” feito pelo Senado.

“ENÉRGICA OPOSIÇÃO”

Após o golpe de sua destituição, Dilma Rousseff, em discurso afirmou: “O golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura.

Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.” Enérgica oposição, é o que, em particular o PT, está chamado a organizar.

A hora da estrela!

O PT luta pela sobrevivência, apesar de certas lideranças do CNB e da DS

Começou a campanha municipal. Em vários debates de TV, boa parte dos candidatos a prefeitos se dedica mais a atacar o Partido dos Trabalhadores, do que aos temas municipais.

São coerentes com o objetivo atual da classe dominante, destruir o PT. "O PT é um partido fora da lei", pontificou o senador José Aníbal, presidente do Instituto Teotônio Vilela, do PSDB. Ou seja, já "julgaram", falta executar a sentença.

Abertamente, a mídia discute as alternativas: a sua "extinção" formal pela justiça, a "cassação" ou a pena de corte do fundo partidário para estrangulá-lo, ou ainda varrê-lo dos municípios nesta eleição, no mínimo.

Desde o ano passado, a sanha do PSDB era previsível. Há meses vimos os ratos abandonando o barco, trocando de legenda, seu direito.

Agora, fato revoltante, vemos candidatos do PT escondendo partido na propaganda eleitoral, o que é um esbulho dos petistas que os indicaram candidatos - não têm o direito!

Edinho Silva, por exemplo, ex-ministro de Dilma, não traz a estrela do

partido no seu material azul-azul. Tenta justificar que é "candidato da coligação", não só do PT". Ex-prefeito da mesma Araraquara

(SP), agora candidato a voltar ao cargo, vai enganar um eleitorado tão esquecido? O mesmo se pode perguntar ao prefeito, candidato à reeleição em São José dos Campos (SP), Carlinhos Almeida, ambos da corrente CNB. Ou também Raul Pont, ex-prefeito e candidato em Porto Alegre, da corrente DS.

Orgulho petista

Mas vários outros candidatos a prefeito ou vereador, uns mais outros menos, trazem o PT com sua estrela. Como o ex-prefeito e candidato em Recife, João Paulo, independente, ou Luzianne Lins, ex-prefeita e



candidata em Fortaleza, da DS.

Talvez ainda mais exemplar seja o humilde candidato a vereador de Limeira, cidade operaria paulista, o orgulhoso Batista, com seu megafone, brandindo "Fora Temer". Esse é o partido de massas que a classe dominante quer destruir!

Batista está conectado com a profunda resistência, apesar de tudo, na base do partido. O PT reduziu-se de 1800 candidatos a prefeito em 2012 para 991 este ano (44% menos). Mas, aí, a maior mudança é desmoronar a malfadada aliança PT-PMDB: de 495 cidades com um ou outro na cabeça em 2012, reduziu-se

para 200 casos. Sendo 124 deles PMDB na cabeça, fica a pergunta, se há tanto candidatos antigolpistas no PMDB que, como o senador Requião, seriam passíveis de "apoio", como prescreve a resolução do DN.

Há uma tendência à afirmação do PT. O PT lançou até mais candidatos a prefeito nas capitais (20) do que em 2012 (16).

O que a mídia interessada resume a "isolamento do PT", mas que é um movimento de reagrupamento: é nas horas de dificuldade que se conhecem os amigos!

Markus Sokol

Tensão no Partido dos Trabalhadores

Encontro adiado, imprensa fala em cisão

O golpe atinge o PT em cheio, a militância quer um balanço.

Entrevistado pelo Valor (25/8), o ex-ministro Tarso Genro, principal liderança do segundo bloco interno, a Mensagem (MSG), salta na frente e aponta para a "troca de comando". Em que sentido?

"Não estou falando em nacionalismos e autossuficiência. Isso não existe mais", diz ele. O entreguista Temer se sentirá aliviado, se for essa a mudança do PT, que não indica, por exemplo, priorizar a defesa do Pré-sal. "As origens estão mortas", diz o modernoso Tarso, "é renovação mesmo, da qual padece a esquerda mundial".

Com essa plataforma, através do Valor, ele "apela para que os correligionários que compartilham das mesmas ideias passem a falar diretamente com a sociedade. 'Sem romper a disciplina do partido, mas que se possam colocar como alternativa, falando como um conjunto de dirigentes que demarcam sua posição em relação às posições tradicionais do partido. Temos entre 20 e 30 deputados que pensam mais ou menos da mesma forma'. Que "alternativa" é essa?

Emenda pior que o soneto

Na Executiva do PT (23/8), a DS, principal grupo da MSG, submeteu

a voto uma emenda citando a infeliz Carta de Dilma aos senadores, aquela do "pacto pela unidade nacional" focado no "plebiscito sobre a antecipação das eleições", cuja linha, aliás, ela abandonou quando foi ao Senado.

Carlos Árabe (DS) tensionou a Executiva acusando-a de enfraquecer e dividir a luta contra o golpe, por não assumir o plebiscito das "diretas-já" para ir à "conciliação com Temer". Era uma inversão completa: a verdade é que a DS, o PCdoB, Boulos e outros, inclusive Dilma (Lula ficou ambíguo), buscaram a conciliação, um acordo de votos contra o impeachment no Senado em troca desse plebiscito, um acordo impossível.

A emenda foi rejeitada por 11 votos, contra apenas 2 votos de membros da DS, mais a abstenção de outros 3 do bloco Muda PT (MSG, AE, MS) - melhor assim, eles não acompanharam a polarização neste ponto.

A conclusão necessária é que as especulações na imprensa sobre a divisão e até uma cisão no PT após as eleições, devem ser rechaçadas. Atacado de todos os lados, o PT é um instrumento a ser preservado - a iniciativa da Reconstrução tem essa vocação - até porque as "alternativas" conseguem ser piores.

30/09/16, João Alfredo Luna

ADIADO O ENCONTRO DO PT

A Executiva do PT decidiu adiar o Encontro Extraordinário do PT de dezembro para março, por 11 votos contra 4, com 1 abstenção. A regulamentação ficou para o Diretório (15-16/9), mas o bloco majoritário não fala em renovar a direção nem, muito menos, mudar o falido "processo eleitoral direto" (PED) de delegados.

Soa estranho falarem da falta de preparação do Encontro para propor, em resumo, adiá-lo para preparar direito. Estranho, pois é a maioria a principal responsável (não a única) por essa falta. E adiar não garante preparação, pois passada a dura eleição à frente, vem o verão. É evidente, buscam outro cenário para fazer o balanço que, hoje, seria muito crítico.

Apenas o Diálogo e Ação Petista tinha começado a preparar o Encontro, decidido no DN em maio (v. pág. 6 e 7). De fato, a situação emergencial criada pelo golpe, justifica um Encontro para discutir o balanço e a tática para a nova conjuntura.

Mas sendo contra o adiamento, não se justifica a tempestade artificial feita pelo bloco Muda PT. De dezembro para março não muda o resultado, pois a eleição de delegados segue sendo pelo PED, sem verdadeira discussão, com carregamento de eleitores desinformados. Nesse sistema eleitoral onde prima o poder econômico, decalcado das instituições corruptas do país às quais o PT se adaptou, a maioria já se sabe qual é.

Por outro lado, na base de todas as correntes há descontentamento com os 13 anos de conciliação do PT no governo, o que seria esterilizado numa disputa de datas.

Na verdade, a melhor decisão de um Encontro do PT seria abolir o PED e convocar a renovação das direções em todos os níveis através de encontros de delegados, numa discussão olho no olho. E quanto antes, melhor.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



ATO DE LANÇAMENTO DO PT

Num “Diálogo

Atividade adota pontos para discussão

Com mais de 100 militantes de seis estados e de algumas cidades de São Paulo, o lançamento nacional do Manifesto do Diálogo e Ação Petista (“Pela reconstrução do PT. Chega de conciliação!”) aprovou a realização de um circuito de debates com os petistas nos estados, para discutir a crise política e a situação interna do PT.

O ato, realizado na sede nacional do PT em São Paulo, foi coordenado por

Grupos de base assistem atividade e discutem

A Coordenação Estadual do Diálogo e Ação Petista de Pernambuco decidiu convidar petistas para assistirem juntos a transmissão do ato de lançamento do Manifesto pela Reconstrução do PT. A atividade foi realizada no Sindicato dos Bancários em Recife onde a exibição foi feita em um telão e contou com a presença de 25 militantes. Dentre os presentes Henrique Lima e Irani Elias, candidatos a vereador pelo PT em Recife e Jaboatão dos Guararapes. Esteve também presente, o ex-deputado federal pelo PT Fernando Ferro. Após a transmissão houve um debate. Animado com a proposta do diálogo itinerante Ferro se propôs a ajudar na impulsão da discussão sobre a reconstrução do PT. Em Volta Redonda (RJ), o grupo de base do DAP que realiza reuniões periódicas para discutir a intervenção local e nacional, se reuniu para assistir a transmissão do ato de lançamento do Manifesto. Ao final, os presentes concordaram que foi uma boa iniciativa para ampliar o alcance das propostas do DAP e impulsionar os grupos de base. Também em Alegre, no interior do Espírito Santo, militantes do PT que assumiram a tarefa de impulsionar a formação de um grupo DAP na cidade, se organizaram para assistir coletivamente a transmissão. Além da discussão das propostas nacionais do DAP poderem ser conhecidas por mais petistas, ressaltaram que, transmitir esses eventos ajuda, inclusive na divulgação de informações da situação política nacional.

Misa Boito, do Comitê Nacional do DAP e teve em sua mesa Luiz Eduardo Greenhalgh, fundador do PT e advogado defensor de presos políticos; João Felício, ex-presidente da CUT e presidente da Confederação Sindical Internacional; e Markus Sokol, do Diretório Nacional do PT.

O lançamento foi transmitido on line. Em algumas cidades, como Recife, Fortaleza e Volta Redonda, os grupos de base do Diálogo e Ação Petista se reuniram para assistir à transmissão e discutir.

O encontro promovido pelo DAP ocorreu num momento em que estávamos às vésperas de se consumir, no Senado, o golpe contra o mandato popular; em que se aprofunda a crise econômica e o desemprego; em que graves ataques são urdidos pelos golpistas; e num momento em que muitos dirigentes do PT agem como se nada disso estivesse acontecendo, seguindo com a mesma política de alianças suicida.

O Manifesto, apresentado pelo Diálogo e Ação Petista, é uma contribuição ao debate em direção ao Encontro Nacional



19/08, sede nacional PT, da esquerda para direita: João felício, Misa Boito, Markus Sokol e Luis Eduardo Greenhalgh

Extraordinário do PT. Na abertura, Misa Boito expressou o objetivo da atividade: “numa situação em que o partido é alvo de uma ofensiva brutal, de um ataque que visa a destruição do PT, ao mesmo tempo em que uma crise profunda atinge nosso partido, o Diálogo e Ação Petista pretende ser uma ajuda para buscar uma saída positiva, com a certeza de que

isso não é uma tarefa só nossa. O próprio caráter dessa atividade e da mesa aqui composta parte da compreensão que estamos diante do desafio de agrupar todos que estão pela reconstrução do PT”.

Nessa direção, foi adotado por proposta dos membros da mesa, ao final do debate, os pontos para o “diálogo itinerante” (abaixo).

PELA RECONSTRUÇÃO DO PT Pontos para a discussão

Submetemos os seguintes pontos a um diálogo itinerante pelo país:

O golpe do impeachment criou uma situação de emergência para o povo brasileiro.

Os petistas, muitos trabalhadores e amplos setores populares se perguntam: como chegamos a isso?

O golpe expôs as contradições dos 13 anos de governo que também contribuiu para levar a essa derrota.

O imperialismo, materializado nas instituições de dominação, no Brasil como no resto do mundo, aperta o cerco: hoje mesmo vemos na América Latina a ofensiva contra a Venezuela.

Nós reivindicamos as conquistas do povo no último período, de emprego e salário, os programas sociais e o novo marco regulatório do Pré-sal.

A política do PT no governo adaptou-se às instituições submetidas ao capital financeiro, à ditadura do superávit primário e à certas ‘alianças’ com inimigos - esta é a raiz da conciliação nestes 13 anos.

Agora, a solução está na retomada dos compromissos históricos no terreno da defesa do PT, atacado de todos os lados, ameaçado de “extinção” no TSE, inclusive com o companheiro Lula indiciado no STF.

A Constituinte era - e segue sendo - o meio de superar as instituições corruptas, inclusive o Judiciário, para avançarmos com reformas populares.

O Judiciário, não questionado desde a Ação Penal 470 (“mensalão”), se revelou instrumento chave do golpe.

É necessário rearmar o PT com uma plataforma de emergência, liberta das contradições destes 13 anos. O PT devia tê-lo feito no Congresso (junho 2015), como propunha o Manifesto de 400 sindicalistas petistas da CUT Fora Temer, Nenhum Direito a Menos, hoje, esta é a questão central.

Neste momento, a CUT discute um movimento de greve geral por Nenhum Direito a Menos. O PT deve se engajar nesse movimento. O Fora Temer deve significar também a ruptura com as políticas dos governos federais de “acordo nacional com o PMDB”, para uma verdadeira plataforma popular

O Fora Temer na campanha eleitoral municipal, significa nenhum acordo com golpistas no 1º turno e no 2º turno.

Defendemos alianças com PCdoB e PSOL, além dos setores populares de partidos como PDT e PSB, e personalidades e lideranças anti-golpistas, com uma plataforma de medidas populares (transporte, saúde, educação, moradia, creches, servidores).

Reconstruir o PT, começa com o Fim do PED, modelo decalcado das instituições do sistema político corrupto, ao qual o PT se adaptou, e é fator de degeneração do partido. Convocamos um circuito de Atos nos estados de lançamento e discussão do Manifesto pela Reconstrução do PT. Compareça! A Mesa do ato, João Felício, sindicalista da CUT, Misa Boito, membro do DR PT-SP, Markus Sokol, dirigente do PT e Luiz Eduardo Greenhalgh, fundador do PT

INÇAMENTO DO "MANIFESTO PELA RECONSTRUÇÃO" PROPÕE DEBATE COM PETISTAS EM TODO O PAÍS

Logo itinerante" o objetivo é reunir todos que buscam uma saída positiva para a crise do partido

No centro, preocupações comuns

A abertura do debate, pelos integrantes da mesa, mostrou a necessidade de mudanças no PT para enfrentar a crise. Abaixo trechos.

MARKUS SOKOL "A situação é difícil, mas ela nunca foi fácil para os trabalhadores. Muitos acreditaram que iríamos para frente sem interrupção, mas o que houve foi um simples interregno. No entanto, as razões para o otimismo estão em nossa própria organização. O PT, com todos os problemas, está unido no 'fora Temer'. Deve ser ressaltado o papel da CUT que desde o início de 2015 tem ocupado as ruas para combater o golpe. As organizações dos trabalhadores estão de pé. Os anúncios do usurpador Temer já são de arrepiar: reforma de previdência, fim do marco regulatório do Pré-sal e outros ataques aos trabalhadores. A carta de Dilma não ajuda, ao propor um pacto entre trabalhadores e empresários, o que é pior ainda que a proposta de antecipação das eleições. Mas a luta está à nossa frente, com o chamado à greve

geral pela CUT. Há resistência em todas as correntes do PT. O principal erro foi Lula não ter chamado a Constituinte para fazer as reformas necessárias. Em vez de mudar as instituições, o PT foi sendo mudado e moldado por elas. O PED significou a introdução no PT de todos os vícios das instituições. O cupim está comendo um fundamento bom. É necessário reconstruir o PT acabando com os cupins".

JOÃO FELÍCIO "O PT é uma referência para os trabalhadores em todo o mundo. Porém, quando começou a ganhar eleições e conquistar fatias do poder, ficou um pouco manco: privilegiou demais os mandatos e de menos os movimentos sociais. É importante conquistar mandatos, mas não se pode abandonar a formação e a mobilização. Os mandatos sequestraram o partido. Isso alterou as pautas e a composição das instâncias. O movimento sindical também se burocratizou, ficando só na luta econômica. O PT parece hoje um PSOE, um PASOK, precisa levar uma

chacoalhada, caso contrário engessa. Os oito anos do governo Lula trouxeram avanços. Mas, em seu segundo mandato, Dilma fez o contrário do que falou na campanha. O PT, para recuperar sua base social, precisa mudar de política e de prática. Vem tanta coisa ruim pela frente que o PT pode voltar a ser a referência de luta para a população. Mas precisa mudar, inclusive o estatuto, para permitir a participação dos movimentos sociais. Sair do PT hoje é jogar fora uma história muito valiosa. Vejo muitos oportunistas abandonando o partido, mas não os sindicalistas. Estes sabem que o PT é o seu partido. Mas precisa mudar".

LUIS EDUARDO GREENHALGH "Sou fundador do PT, nossa primeira sede era no meu escritório. O PT era diferente, era difícil entrar, a filiação podia ser impugnada. Hoje, muita coisa mudou. Os mandatos tomaram conta. Cada mandato tem jornal ou boletim, mas o PT não tem. Um dos erros foi achar que não era necessário

distinguir os petistas autênticos dos oportunistas. Vou ajudar a reconstruir, consertar, oxigenar o PT. Nós nunca vamos construir um instrumento como o PT. Mas estou muito preocupado com os projetos do Temer e outros que significam um grande retrocesso, como o projeto do MPF que admite as provas obtidas de forma ilícita, o cerceamento do direito de defesa, as delações premiadas homologadas pelo próprio juiz, a própria presunção de inocência está em risco. Essa ofensiva reacionária abate-se sobre o PT, os movimentos e as organizações populares. Por isso, a manutenção e fortalecimento do PT é tão importante. Eu agradeço a possibilidade de participar deste debate. Eu andava meio angustiado, mas saio daqui energizado. Precisamos fazer um circuito de debates com todos os petistas, discutir a crise. A tarefa vai ser dura, mas vamos manter incólume o legado do PT".

As falas do plenário

O debate que se seguiu às intervenções da mesa foi muito rico. Em todas as falas, ressaltaram a defesa do PT e a necessidade de mudar o rumo. Selecionamos algumas dessas falas.

Roberto Miguel (CUT/DF e direção nacional da CUT) - "Sou da corrente Articulação Unidade na Luta, junto com o companheiro Jaci Afonso. Nós concordamos com a reconstrução do PT e com a reconciliação do PT com suas bases. É inaceitável que deputados do PT votem contra os interesses dos trabalhadores, mesmo que o governo federal seja do PT. É inaceitável que o PT fique calado diante da prisão de José Dirceu e dos demais companheiros. Acho que o PT tem de fazer profundas mudanças internas."

Juliana Cardoso (vereadora em São Paulo, Executiva Nacional do PT) - "O DAP sempre teve esse papel de incentivar a discussão política, que hoje é mais necessária do que nunca. Minha campanha é para denunciar o golpe e os ataques dos golpistas. Mas eu vejo muitos candidatos do PT que não põem o 'fora Temer' em seus materiais. Temos de voltar a pensar no PT enquanto



projeto político, temos de reconstruir o partido, ter comunicação própria. Quero aproveitar o momento para denunciar o assassinato do militante haitiano Davidtchen Simeon, por se opor à presença das tropas da ONU em seu país."

Júlio Turra (Executiva nacional da CUT) - "O PT de volta para os trabalhadores, título do manifesto dos sindicalistas, é todo um programa. É preciso resgatar o caráter de classe do PT. Não foi por falta de aviso que

chegamos a esta situação. Quando o ministro Rosseto foi defender o ajuste fiscal de Levy, o João Felício lhe disse: 'Vocês querem caminhar de costas para o abismo?', e o companheiro Lisboa comentou: 'Quem foi o gênio que bolou essa política?' Mas não estamos derrotados, os trabalhadores e suas organizações estão de pé e o conteúdo do golpe está por ser realizado. A direção da CUT apontou, no esquentado para a greve geral, um dia nacional de paralisação, em 22 de setembro."

Sérgio Ronaldo (secretário geral da Confederação Nacional dos Servidores) - "Sou, infelizmente, conterrâneo do Inocêncio de Oliveira, e sou um dos que tiveram coragem de enfrentar esse coronel. Por isso, estou no PT. Mas parece que muitos não aprenderam nada, parece que os exemplos não estão sendo suficientes. Essa história de se coligar com golpistas e essa de votar no Maia para presidente da Câmara.... É inadmissível essa situação. É preciso resistir e continuar lutando para reconstruir o PT. É preciso respeitar as reivindicações dos trabalhadores e parar de ficar flertando com a burguesia, o que só podia dar no que deu. Partido é dos trabalhadores, o resto é conversa fiada."

Paulo Antunes, operário petroquímico da Petrobras (Araucária-PR) - "Sou militante desde 2014, e já senti na pele o que é um detentor de mandato se apoderar do partido e fechá-lo para os militantes. A construção de alianças com partidos golpistas continua, parece que não entenderam que chegou a hora de 'desarticulação' com esses partidos. Eu não desisti e não desisto. Não é fácil, mas se fosse fácil não seria para militantes desse partido."

“Temer otário, presidente temporário”

Milhares saem às ruas em todo o país contra a posse do usurpador

O processo do impeachment foi acompanhado por manifestações por “Fora Temer” em Brasília desde o seu início. Em 29 de agosto houve atos no Rio e São Paulo, onde a PM de Alckmin impediu com bombas de gás que a passeata chegasse ao prédio da FIESP.

Em 31 de agosto, logo após a posse do golpista Temer, houve manifestações em pelo menos 16 capitais estaduais, além de cidades como Bauru (SP) e Juiz de Fora (MG). Em contraste com a ausência quase que total de coxinhas nas ruas.

Com maciça participação de jovens, elas deixaram claro que o ilegítimo Temer e seu “saco de

maldades” contra os direitos da juventude e dos trabalhadores não terão trégua.

Repressão selvagem em São Paulo

Mais de 6 mil manifestantes desceram em passeata da Avenida Paulista pela Rua da Consolação. Um verdadeiro aparato de guerra foi montado pela PM com viaturas, tropa de

choque e bombas de gás contra os manifestantes.

A repressão violenta foi anterior a atos isolados (atribuídos a “black-blocs”) que ocorreram até altas horas da noite. Uma estudante da UFABC, Deborah Fabri, perdeu a visão de seu olho esquerdo atingido por estilhaços de bomba. A própria reitoria da universidade soltou nota repudiando

o uso excessivo de força contra os manifestantes.

Repressão brutal é a marca da PM do governo tucano de São Paulo, cujo ex-secretário da Segurança é hoje ministro da Justiça de Temer. Mas ela não vai impedir novos protestos contra o golpe que já se preparam, em particular para o 7 de setembro, em todo o país.



31/08/2016: milhares saem às ruas nas capitais contra Temer, o golpista empossado

Petroleiros em defesa da Petrobras

Serra quer entregar o Pré-sal para petrolíferas estrangeiras

Os petroleiros estão na linha de frente da luta contra a entrega do Pré-sal, e a privatização da Petrobrás e suas subsidiárias, como na histórica greve da BR-Distribuidora, realizada entre 15 e 19 de agosto. Um dos objetivos do golpe é abrir as portas para as multinacionais petrolíferas, começando por acabar com o regime de partilha, criado no segundo mandato de Lula, para a exploração do Pré-sal.

A mídia golpista não se interessou

pelo que foi tratado no furtivo encontro entre o ministro golpista das relações exteriores, Serra, e André Araújo, presidente da Shell Brasil e Andrew Bown, vice-presidente da Shell mundial, ocorrido no mesmo dia 25.08 em que o Senado federal começava a consumir o golpe.

Foi o deputado Wadih Damous (PT-RJ) quem denunciou: “Enquanto Dilma está sendo julgada pelo Senado, o tucano José Serra está no Itamaraty recebendo poderosos da



Petroleiros fizeram greve em defesa da Petrobras

“A LAVA-JATO É UMA FARSA, QUE SÓ DEMITE TRABALHADORES”

A Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), realizou em 25 de agosto um ato em frente ao Estaleiro Mauá, em Niterói, região onde mais de 12 mil postos de trabalho foram fechados nos últimos dois anos.

Presente no ato, Lula defendeu o regime de partilha, implantado em seu governo, e acusou os golpistas de “vender o patrimônio nacional, abrir mão da soberania [nacional] para mendigar favor a países ricos”.

Já o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Paulo Cayres, explicou que “mais de 70 mil postos de trabalho já foram destruídos só no setor naval pelo estrago feito pela Lava-Jato, que não quer prender bandido coisa nenhuma, quer destruir a Petrobrás para que o nosso país volte a ser submisso aos estrangeiros. Não vamos parar por aqui. Faremos muitos outros atos para denunciar a farsa dessa Lava-Jato que só demite trabalhadores”.

A FUP denuncia que a crise política e econômica que paralisa o país desde o início da operação Lava-Jato já desempregou 1,5 milhão de brasileiros. Enquanto isso, os criminosos corruptos usufruem dos benefícios das delações premiadas, descansando em suas mansões.

Shell. Como já se sabe, a venda do Pré-sal brasileiro é ponto central do golpe de estado em curso em nosso país. Querem fazer a sociedade acreditar que a Petrobras necessita de investimento estrangeiro quando, na verdade, existe uma aliança verdadeiramente servil com o objetivo de entregar a preço de banana nossa grande riqueza”.

Serra é autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 131, que está em tramitação na Câmara e que atende à cobiça da Shell. O governo golpista quer aprová-lo sem alterações para imediata sanção e entrada em vigor.

Fim do regime de partilha

O PLS 131 retira da Petrobrás a garantia de participação de 30% na

exploração dos campos do Pré-sal e extingue a exigência de que equipamentos sejam fabricados no Brasil (a chamada regra de conteúdo local).

Também abre mão da propriedade do Estado sobre o petróleo, tanto extraído quanto mantido em reserva (o regime de partilha). Voltaria o sistema implantado pelo privatista FHC, chamado regime de concessão (a multinacional que ganha um leilão passa a ser proprietária do petróleo existente na área).

É o capitalismo sem risco, com lucro certo e perfeitamente garantido, a riqueza natural do Brasil sendo transferida diretamente para o caixa das multinacionais. É o “projeto Serra”.

22 de setembro: “esquenta” da greve geral

No terreno direto da luta de classe, CUT chama a derrotar o golpe aos direitos

Em 31 de agosto, ao tomar posse como presidente depois da farsa do impeachment, Temer anunciou suas prioridades, reafirmando o conteúdo social do golpe: aplicar as contrarreformas da Previdência (aumento da idade mínima de aposentadoria) e trabalhista (“negociado sobre o legislativo”, terceirização ilimitada).

Poucos dias antes, em 18 e 19 de agosto, a Direção Nacional da CUT reunida em Guarulhos (SP) afirmou que a luta por “fora Temer, nenhum direito a menos” continuaria, pois, o “jogo de cartas marcadas” do Senado indicava o afastamento de Dilma, após o qual viria um ataque em regra aos direitos trabalhistas, previdenciários e à soberania nacional (Pré-sal, ver ao lado).

A conclusão foi a de reforçar o diálogo com as bases sobre “o que está em jogo”, propor a unidade de ação com outras centrais, mantendo o perfil próprio da CUT, e chamar à realização de um Dia nacional de paralisação em 22 de setembro como um “esquenta” para a greve geral que derrote os golpistas no terreno da luta de classe.

No debate realizado apareceram posições, como a da CSD (ligada à Democracia Socialista, no PT), de que estaríamos diante de uma “derrota estratégica”. Companheiros da “CUT independente e de luta”, como João Batista Gomes (CUT-SP), explicaram que a derrota seria no plano político e institucional, mas que os golpistas ainda não derrotaram a classe trabalhadora impondo a perda de direitos e conquistas que



é o seu programa. Daí a necessidade da mobilização rumo à greve geral.

A resolução final acolheu essa orientação de que a luta não terminou, mas segue diante de nós, integrando a proposta de multiplicar consultas na base sobre a disposição para a greve geral (ver abaixo) e a de incidir nas campanhas salariais em curso no sentido de integrá-las ao movimento de resistência do conjunto dos trabalhadores.

Bancários, petroleiros, correios...

O comando nacional dos bancários iniciou consultas aos sindicatos sobre a proposta de greve nacional a partir de 6 de setembro, pois os bancos rejeitam sua pauta de reivindicações. Será um choque direto com o setor patronal que mais lucrou com a crise, com impacto sobre todas as campanhas salariais do período.

O preposto dos golpistas na Petrobras, Pedro Parente, anunciou que neste ano não haverá ganho real nos salários e ainda mandou carta aos funcionários pedindo que não façam greve diante das “dificulda-

des” que passa a empresa. Tanto a FUP (filiada à CUT), quanto a FNP (federação minoritária), rechaçaram tal propósito e anunciaram reunião entre elas para discutir a greve geral dos petroleiros. Nos Correios, a Fentect (federação

dos trabalhadores) está chamando um dia de paralisação nacional em 14 de setembro.

Já na indústria – metalúrgicos, químicos, construção civil – a onda de demissões continua e se combina com completa intransigência patro-

nal nas negociações de campanha salarial. É o setor que mais necessita de um movimento de conjunto da classe, vale dizer da greve geral, para reverter a situação de defensiva em que se encontra (vide os acordos de PDV firmados na Mercedes de São Bernardo, com congelamento de salários).

O desafio imediato da CUT é o de articular as campanhas salariais em curso com a mobilização dos servidores contra os efeitos do PL 257 (teto de gastos já aprovado na Câmara) e da PEC 241 nos seus salários e direitos. O “esquenta” da greve geral em 22 de setembro deve ser um primeiro passo nessa direção. Não há tempo a perder na sua preparação!

Julio Turra

É HORA DE DECIDIR!

A proposta de “esquenta” da greve geral em 22 de setembro já começou a ser reforçada com decisões de assembleias e congressos sindicais.

A Apeoesp, em assembleia de milhares de professores paulistas em 26 de agosto, aprovou paralisação com nova assembleia em 22 de setembro. Os professores de Cuiabá em assembleia no dia 1º de setembro, também decidiram parar nesta data.

A tendência é que as entidades da CNTE (rede pública de ensino) nos demais estados decidam paralisar também no dia 22, bem como as bases da CNTSS (saúde e seguridade social).

No congresso da CONTEE (rede privada de ensino), realizado entre 26 e 28 de agosto, que elegeu uma chapa única “Fora Temer, nenhum direito a menos” para a nova gestão, também foi aprovada no plano de lutas a participação no 22 de setembro como “esquenta” para a greve geral.

Em Santa Catarina em uma assembleia do Sintram (sindicato dos motoristas) com a presença de 800 trabalhadores, foi decretado estado de greve e aprovada uma paralisação no dia 22 de setembro.

Uma caravana a Brasília, de 12 a 14 de setembro, vem sendo discutida também entre entidades do funcionalismo federal e de outras esferas, para combater o PL 257 e a PEC 241.

Consultando a base

Professores municipais de São Paulo apoiam a greve geral

A CUT, corretamente adotou a resolução de construir a greve geral, a começar por discutir em assembleias e em locais de trabalho. Na assembleia do dia 26 de agosto os profissionais em educação do Município de São Paulo sinalizaram neste sentido e votaram a favor de participarem do calendário nacional de lutas das centrais, o que inclui a participação no Dia Nacional de Paralisação a se realizar em 22 de setembro (um esquenta para a greve geral). Como instrumento para ajudar na discussão e na mobilização a CUT-SP adotou uma enquete para ser realizada na base das categorias, para aferir o sentimento geral dos trabalhadores em relação a realização de uma grande greve geral. Por isso, entendemos que todas os sindicatos devem também consul-



Professores municipais de São Paulo participam da consulta sobre a greve geral

tar as suas bases. Cada unidade de trabalho deve abrir francamente a discussão em torno da necessidade

de se organizar greve geral, para defendermos o conjunto dos direitos dos trabalhadores.

Na base do SINPEEM, associados que animam o Boletim Debate CUTista SINPEEM vêm realizando a enquete em diversas oportunidades, seja nas escolas, em cursos da categoria, na assembleia do dia 26/08 e na reunião de Representantes de Escola do dia 29/08. Os resultados são animadores, com as experiências realizadas em duas semanas, coletando o total de 692 votos, 642 (92,8%) são a favor da Greve Geral, 40 (5,8%) são contra e 10 (1,4%) votaram em branco, abstendo-se. A realização e os resultados da enquete representam um verdadeiro impulso à construção da greve geral em defesa dos nossos direitos e conquistas.

Nelson Galvão

Confronto em Caracas neste 1º de setembro

Marcha da oposição vai se chocar com mobilização chavista

A oposição venezuelana (MUD), ateleguiada pelo imperialismo, marcou neste 1º de setembro a “Ocupação de Caracas”.

A marcha teria o objetivo de pressionar que o referendo revogatório do mandato do presidente Nicolás Maduro se realize ainda em 2016. Entretanto, organizações da oposição chamam a marcha para a derrubada imediata do governo.

Por trás da manifestação há vários fatores. O Comando Militar Sul dos EUA tenta dividir as forças armadas venezuelanas para aumentar a crise e poder intervir no país alegando “crise humanitária”. A mídia privada tenta vincular integrantes do governo com o narcotráfico, para justificar saídas violentas ou intervenção militar estrangeira. Já os empresários anunciam demissões em massa, culpando o aumento de salários decretado por Maduro de inviabilizar a estabilidade laboral.

Como não houve a “explosão social” que esperava a oposição, ela pretende aproveitar-se do cenário no plano regional, com o golpe contra Dilma no Brasil e o alinhamento de seu governo com os da Argentina e Paraguai no Mercosul, contando



Caracas, 31 de agosto, mobilização em apoio ao presidente Maduro

com o apoio de ONGs e do governo dos EUA numa agressiva campanha internacional.

“Agora ou nunca”, parece pensar a oposição. O governo perdeu popularidade, por não encontrar soluções imediatas para a crise econômica que se agudiza, além do desgaste do seu discurso, a ineficiência de institui-

ções estatais e a corrupção de alguns altos funcionários.

Se houver golpe, greve geral!

No sábado, 27 de agosto, milhares de trabalhadores saíram às ruas de Caracas contra a ofensiva direitista, defendendo o aumento de salários e com os gritos de “vai cair, vai cair,

essa Assembleia vai cair!” (em referência à maioria opositora na Assembleia Nacional). A marcha dirigiu-se ao Palácio de Miraflores (sede do executivo), onde foi recebida por Nicolás Maduro que denunciou estar em marcha um golpe de estado a ser iniciado em 1º de setembro.

Nos últimos dias, em várias regiões do país, houve mobilizações do “povo chavista” (trabalhadores e setores populares) para defender a nação contra os intentos de violência que possam vir da marcha opositora.

Já no ato de 1º de Maio deste ano, Maduro havia conclamado os trabalhadores a convocar uma greve geral indefinida se ocorrer um golpe de Estado. A recente reunião ampliada da direção da Central Socialista Bolivariana dos Trabalhadores (CSBT), no início de agosto, adotou medidas organizativas para enfrentar tal possibilidade de golpe com a greve geral.

Neste 1º de setembro, nas ruas de Caracas, se estará jogando uma batalha central para a luta anti-imperialista, não só na Venezuela mas em toda a América Latina.

Alberto Salcedo,
de Maracaibo

EUA: um novo período se abre

Eleições expressam uma ruptura que se aprofunda

Os dois mandatos de Obama não só decepcionaram as esperanças dos que fizeram campanha para eleger o primeiro presidente negro dos EUA, mas agravaram todas as tensões sociais no país. A maior potência imperialista mundial concentra em si, mais do que nunca, todas as contradições explosivas da manutenção da ordem imperialista no mundo.

Obama prometeu gradualmente remover as tropas do Afeganistão e do Iraque. Mas de fato, engajou massivamente tropas na Síria, aumentando o orçamento militar dos EUA, o que representa um fardo crescente sobre o orçamento federal, com todas as suas consequências nos cortes de verbas sociais.

O “Obamacare”, ao invés de atender a reivindicação da central sindical AFL-CIO de uma verdadeira Seguridade Social pública aos trabalhadores, é de fato uma subvenção pública a companhias privadas de seguros. Hector Tobar, um escritor americano que havia feito campanha a Obama reconhece hoje que “oito anos mais tarde, o país está exausto, desorientado e dividido. O

tempo de Obama foi caracterizado por uma crescente desigualdade de renda e de conflito racial. (...) Em Los Angeles, entre 2008 e 2016, o preço de uma casa aumentou 61%. O número de sem-teto aumentou 19%. O mesmo ocorre na maioria das cidades. Essa degeneração do país é o clímax de um processo que já dura 40 anos.”

A crise que assola os dois grandes partidos institucionais é a expressão de uma ruptura de tudo o que vivemos desde a Segunda Guerra Mundial. Há uma rejeição de tais partidos e da vida institucional em todos os estratos da sociedade, cujo o fosso entre os 10% mais ricos e os 90% restantes é duas vezes maior do que na França, por exemplo. A rejeição que cresce em toda a classe trabalhadora dos EUA, especialmente em seu coração, os negros americanos. Nem o racista, anti-imigrante, Trump, nem a “civilizada” Clinton pode resolver esta crise. O laço de ambos com a Wall Street deixa sem esperança os milhões de trabalhadores. O que torna a criação de um partido de trabalhadores e negros algo ainda mais urgente.

Repercussão sobre o golpe no Brasil

No dia da votação final do impeachment a imprensa internacional registra:

The
Washington
Post

THE WASHINGTON POST (EUA)

Destaca que o afastamento da Dilma está longe de resolver os problemas do país e aponta que Temer se revelou tão impopular quanto Dilma. Diz ainda que o atual processo expôs fraquezas no sistema político do país, em que o presidente depende de acordos com “inúmeros partidos sem ideologia clara”, em arranjos que “incentivam a corrupção”. O artigo termina dizendo que um “vácuo de poder está se abrindo na política nacional”.

WSJ

WALL STREET JOURNAL (EUA)

Depois de dizer que desde o afastamento de Dilma em 12 de maio, “Temer fez muito pouco” para enfrentar o rombo nas contas públicas, o jornal diz que os “investidores podem estar dando muito crédito a políticos do país e desconsiderando os problemas”.

Clarín

CLARIN (ARGENTINA)

Afirma que o Brasil caminha para um “buraco negro”. “Aqui são todos culpados. Mas o erro institucional de ter tirado Rousseff à força deste modo e o precedente inquietante de fragilidade democrática que derrama sobre a região têm um só agravante. O de não ter aprofundado o caminho para convocar eleições antecipadas, que elegeriam um governo para pilotar uma tempestade que não terminará amanhã e se agravará inevitavelmente”.

Chile: dois milhões de pessoas gritam “não mais AFP!”

Nova manifestação contra a previdência privada questiona o governo de Bachelet

O Chile viveu em 21 de agosto mais uma gigantesca manifestação para exigir o fim das AFP (Administradoras de Fondos de Pensão), sistema de aposentadoria com capitalização individual, gerido por instituições privadas. A mobilização contra esse sistema, criado pela ditadura de Pinochet, se espalhou pelo país com uma dinâmica vertiginosa, em que os políticos são ultrapassados pelos fatos e os cidadãos exigem ser escutados. Até agora, o governo de Michelle Bachelet, do Partido Socialista (PS), recusa-se a realizar mudanças em direção a um sistema público e solidário, como exigem os manifestantes.

O grito de “Não mais AFP, nem privada nem estatal” levou cerca de 2 milhões de chilenos às ruas de várias cidades.

A marcha anterior, em 24 de julho (leia em OT-791), já havia reunido mais de 1 milhão de pessoas e conseguiu romper o cerco dos meios de comunicação a serviço do grande capital, que não puderam continuar ignorando a mobilização nacional. Desde então, em vários fóruns e seminários, demonstrou-se que os argumentos levantados pelos manifestantes são sérios e possíveis de serem postos em prática. De outro lado, os políticos, empresários e executivos das AFP ficaram encurralados nos debates de que participaram.

Participação ampliada

Na capital, Santiago cerca de 600



21/08: Mesina discursa em Santiago

mil pessoas participaram do 21 de agosto. A palavra de ordem “Não mais AFP” ecoou por todos os espaços. No Metrô, lotado, gritava-se a viva voz a demanda que conseguiu mobilizar os chilenos como nos tempos de luta contra a ditadura.

Em julho houve manifestação em 47 cidades, dessa vez a mobilização chegou a 250. Em alguns lugares, a presença de pessoas triplicou de um mês para o outro. Em outros, foi a primeira marcha da história da localidade.

O secretário-geral da Confederação dos Bancários, Luis Mesina, que é o porta-voz da Coordenadora Nacional de Trabalhadores “Não + AFP”, concedeu inúmeras entrevistas, em um extenuante mês de articulações e de organização. Toda a imprensa solicitou a sua apreciação sobre as alternativas que o governo levantou e sobre a posição dos grandes grupos econômicos e políticos, que veem com temor como a mobilização cresce e ameaça seus interesses.

O governo, a oposição e os empre-

sários se uniram contra a mobilização. Em 9 de agosto, a presidente Bachelet anunciou uma série de medidas que não mudam a raiz do sistema atual e só ajudam a aprofundá-lo. Entre as propostas apresentadas estão a de criação de uma AFP estatal, o aumento das cotizações a cargo dos trabalhadores e a elevação da idade para aposentadoria, principalmente da mulher.

A resposta foi clara e direta: as propostas são insuficientes e não terminam com o modelo que força os trabalhadores a ingressarem num sistema que os deixa expostos às variações das bolsas mundiais. Por isso, as mobilizações devem prosseguir. Como afirmou Mesina: “Nós dizemos: ‘Não mais AFP’ e a presidente diz: ‘Sim, mais AFP’”. O anúncio feito pelo governo tentava esvaziar os protestos, mas só serviu para avivá-los.

Sistema rechaçado

Mesina, em emocionante discurso, chamou Bachelet a escutar o povo, e

não o seu séquito de assessores, que defendem um sistema incapaz de garantir o pagamento de aposentadorias justas. Defendeu também que ela convoque um plebiscito para que o povo decida.

As pesquisas de opinião indicam que há um grande rechaço às AFP. Levantamentos mostram reprovação de 87%, de cada dez chilenos, nove defendem uma mudança no modelo de aposentadorias. As AFP são um dos elementos centrais da herança maldita deixada pela ditadura de Pinochet.

O que os manifestantes defendem é um sistema de partilha, com eixo solidário. É o sistema majoritário no mundo, sendo o Chile um dos poucos países a ter um sistema de capitalização individual.

Em seu movimento, os trabalhadores afirmam também que os sindicatos são a única ferramenta para deter os abusos patronais, assim como reiteram a necessidade de autonomia sindical, diante de organismos alheios ao mundo do trabalho.

Na mobilização, os trabalhadores chilenos são chamados a discutir também a preparação de uma greve geral para 4 de novembro, com o objetivo de acabar com as AFP. Essa greve tem sido discutida com as organizações sindicais que participam da Coordenadora, ampliando-se para outros setores.

Correspondente

CONTRA UMA VELHICE DE MISÉRIA

Em 4 de novembro de 1980, a ditadura instaurada pelo golpe de Estado (11/09/1973) estabeleceu, por meio de decreto (D.L. 3500), um novo sistema de aposentadoria, denominado Administradoras de Fondos de Pensões (AFP). Por meio de pressões e artimanhas, o regime obrigou a maioria dos trabalhadores a aceitá-lo. As antigas Caixas de Previdência foram desaparecendo paulatinamente.

Na transição do século 20 para o 21, já havia sinais de que o modelo das AFP não era uma solução e começaram a notar-se os seus aspectos negativos. Em 2002, foram criados no sistema os “multifundos”, que segmentam os investimentos segundo o risco. Isso provocou perdas milionárias em 2008, em virtude da crise mundial dos “subprimes” (empréstimos hipotecários de alto risco).

Essa situação, e o fato de ser um sistema de capitalização individual de poupança forçada, condena os trabalhadores a uma velhice de miséria, em que não têm a opção de gerir o seu dinheiro, não podem reagir às flutuações das bolsas e veem as suas economias desaparecerem.

As vozes mais críticas contra as AFP surgiram no movimento sindical, sendo a mais representativa a da Confederação Bancária do Chile, com o seu dirigente Luis Mesina à cabeça.

Em 2013, organizações sindicais decidiram formar a Coordenadora Nacional “Não + AFP”, que nesse período realizou dois congressos nacionais e cresceu muito, contando com inúmeros coordenadores regionais, comunais e de bairro.

Argentina: o limite de Macri

Luta social arranca decisão judicial contra o governo

Depois de uma onda de demissões, o “ajuste fiscal” do governo de direita empossado em dezembro alcançou níveis colossais, com o aumento das tarifas dos serviços públicos essenciais de gás e luz.

A isso se somou o fim da retenção de parte da renda das exportações agrárias e minerais, a desvalorização do peso e o pagamento de dívidas aos fundos “buitres” dos EUA, enquanto a Argentina se incorporou como “observador” na Aliança do Pacífico, hegemônica pelos EUA.

A inflação, todavia, seguiu crescendo acima dos salários. E aos protestos sindicais parciais e à luta universitária, se somaram mobilizações massivas contra o aumento das tarifas

que se completaram com pedidos de intervenção judicial.

Após forte pressão midiática e governamental para a Corte Suprema de Justiça avalizar os aumentos, Macri teve uma surpresa. A Corte fez retroagir as tarifas de gás de consumo residencial - cerca de 30% do total - habilitando o resto dos usuários a reivindicar contra o mesmo. Um dos argumentos jurídicos foi que os aumentos não passaram pelas audiências públicas previstas na lei.

Sem dúvida, a luta de classes começa a modificar a situação que Macri pensou ter total controle.

Correspondente

Haiti: punição aos assassinos de Davidtchen Simeon

Campanha internacional defende a democracia e a integridade física de militantes haitianos

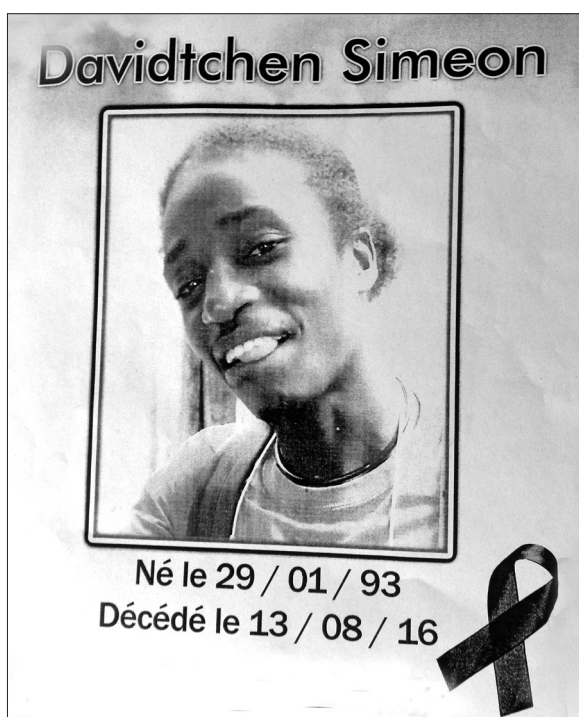
Na tarde de sábado, dia 13 de agosto, no bairro popular de Fort Nacional, em Porto-Príncipe, o jovem Davidtchen Simeon, saía de uma reunião do Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade (Moleghaf), do qual era militante, quando homens armados o assassinaram covardemente.

O crime foi denunciado pela vereadora Juliana Cardoso (PT-São Paulo), durante a apresentação do Manifesto Pela Reconstrução do PT, do Diálogo e Ação Petista, em 19 de agosto, mesmo dia em que diversas organizações haitianas lançavam um apelo pedindo a solidariedade nacional e internacional.

Diz o apelo:

“É importante assinalar que alguns dias antes desse odioso assassinato, na quarta-feira 10 e na quinta 11 de agosto de 2016, Davidtchen havia sido violentamente agredido e ameaçado por policiais.

A motivação para tais atos de barbárie foi o fato de, num primeiro momento, Davidtchen Simeon ter expressado sua posição crítica em relação a um projeto de construção de prédios e de uma avenida que a UNOPS – uma agência da ONU – implantava em seu bairro e, num segundo momento, ter



denunciado o salário miserável dos operários que trabalham nessas obras.

De fato, como é público e notório no Haiti sob ocupação, a implantação de projetos nos bairros populares frequentemente é feita com a utilização de jagunços para intimidar a população.

O Moleghaf, a organização à qual

pertencia Davidtchen, é conhecido no Haiti por seu combate em defesa da soberania nacional e pela retirada das tropas da Minustah do Haiti, sem o que Moleghaf considera que não pode haver condições para o exercício real da democracia.

Mas independentemente das opiniões políticas que se possa ter sobre essas questões, o assassinato de Davidtchen precisa ser condenado com a maior firmeza por todos aqueles que tem compromisso com a defesa da democracia e dos direitos humanos mais elementares.

Nesse sentido, nós, que participamos da mesa da Conferência-Debate sobre a ocupação do Haiti, reunidos

em Porto-Príncipe, nesta sexta-feira, 19 de agosto de 2016, na sede do Bureau dos Advogados Internacionais (BAI), apelamos à solidariedade nacional e internacional de todas as organizações, para tomarem posição exigindo das autoridades competentes, particularmente do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, do Escritório de Proteção Cidadã (OPC) e da Instrução Geral da Polícia Nacional do Haiti (PNH), a identificação e a condenação dos mandantes e dos autores do assassinato de Davidtchen Simeon.”

Agressões continuam

Respondendo ao apelo, em apenas alguns dias dezenas de moções foram enviadas às autoridades haitianas. No entanto, os ataques não cessaram. Na noite de domingo, dia 21, o mesmo policial que havia agredido Davidtchen Simeon, também golpeou e ameaçou matar um dirigente do Moleghaf, David Oxygène, que chegou a ter um revólver apontado para sua cabeça.

Esse policial é membro da PNH (Polícia Nacional do Haiti, que foi constituída diretamente pela ONU), e chama-se Jean Maxime. Ele foi de-

nunciado à justiça e o fato repercutiu na imprensa em nota publicada pelo Konakom (Partido Moderno Pela Renovação do Haiti), que integra o Mopod (Movimento Patriótico Popular Dessaliniano).

Uma semana depois, no domingo 28 de agosto, pela manhã, o mesmo policial Jean Maxime, perpetrou nova agressão contra outro militante do Moleghaf, o companheiro Saint Jean Romario Dangelo.

A ocupação do país pelas tropas da ONU está na origem desses crimes. Para barrar essa escalada da barbárie é preciso fortalecer urgentemente a campanha que exige apuração e punição dos responsáveis pelo assassinato de Davidtchen Simeon.

Correspondente

DO BRASIL, JÁ ENVIARAM MOÇÕES, ENTRE OUTROS:

CUT-Central Única dos Trabalhadores; Sindsep-DF; Sindsep-MT; Deputado Vicente Candido (PT SP); Vereadora Juliana Cardoso (PT SP); Vereador Paulo Fiorilo (Presidente PT SP); Osvaldo Bezerra (Presidente do Sindicato Químicos de SP); Catia Silva (Secretaria Combate Racismo PT SP); Claudinho Silva (PT SP); MST Movimento Trabalhadores Sem Terra - Cassia, Secretária de Relações Internacionais; MNU Movimento Negro Unificado - Milton Barbosa; Rede Jubileu SUL - Rosi Wansetto; Comitê Haiti - Lucia Skromov; JPT Juventude do PT SP - Vitor Marques; Comitê Defender o Haiti é Defender a Nós Mesmos; Sinpro-ABC; A CONTEE (confederação professores do ensino privado) e a CONDSEF (servidores federais).



Mesa da Conferência de 19 de agosto: David Oxygène (Moleghaf), Serge Jean Louis (Mopod), Mario Joseph (BAI), Robert Fabert-Guadalupe (Associação dos Trabalhadores e Povos das Caraíbas-ATPC), Jean Philippe Sthevens (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Arte-SYNTART), Joseph Jean Castro (CTSP- Confederação dos Trabalhadores dos Setores Público e Privado), Edison Cardoni-Brasil (CONDSEF)

PARA PARTICIPAR DA CAMPANHA

As moções e posicionamentos pela apuração e punição dos mandantes e assassinos de Davidtchen Simeon devem ser encaminhadas às autoridades haitianas por e-mail e por carta ou telegrama para:

EMAIL: L'Office Protecteur Citoyen (OPC): opc@protectioncitoyenhaiti.org e opc-haiti@hotmail.com

CARTA ou TELEGRAMA:

- Ministère de la Justice et de la sécurité publique (MJSP): Av. Charles-Summer 18, Port-au-Prince
- Inspection Générale de la Police Nationale d'Haïti (PNH): 07 Autoroute de Delmas (zone Delmas 2, Haïti)

ENVIAR COM CÓPIA PARA:

Confederação dos Trabalhadores dos Setores Público e Privado (CTSP): ctspshaiti@yahoo.fr

Bureau dos Advogados Internacionais (BAI): avokahaiti@aol.com

MOLEGHAF: moleghaf17@yahoo.fr

E no Brasil cópia para: julioturra@cut.org.br

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232 - e-mail: otjournal@uol.com.br